

PSICOLOGIA E INCLUSÃO ESCOLAR: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

PSYCHOLOGY AND SCHOOL INCLUSION: A SYSTEMATIC LITERATURE
REVIEW

Ciências Humanas, Ciências da Saúde · 09/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/783220004](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/783220004)

Ana Luiza Silva D'Andrea

Almir Diego Brito

RESUMO

A Psicologia é uma ciência que, por meio da Psicologia Escolar e Educacional, contribui para a promoção de práticas inclusivas em escolas públicas e particulares. Uma das possibilidades de atuação do psicólogo, no âmbito da Psicologia Escolar e Educacional, é a promoção da inclusão, respaldada pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), visando à garantia do direito à educação para todos. O presente artigo apresenta uma revisão sistemática da literatura brasileira sobre a relação entre Psicologia e inclusão escolar, utilizando uma metodologia baseada nas diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). Os artigos selecionados foram analisados de forma qualitativa. O objetivo deste artigo é revisar a literatura brasileira a respeito das intervenções do campo da Psicologia Escolar no contexto da educação inclusiva. Os resultados evidenciaram que o psicólogo desempenha um papel de mediador dentro de processos inclusivos, promovendo a articulação interdisciplinar entre família, estudante e escola. Como conclusão, o trabalho de inclusão do psicólogo depende dessa interação para uma prática inclusiva mais efetiva. Além disso, suas práticas e as diferentes realidades da inclusão escolar devem ser analisadas criticamente.

Palavras-chave: psicologia; inclusão escolar; educação.

ABSTRACT

Psychology is a science that, through School and Educational Psychology, contributes to the promotion of inclusive practices in public and private schools. One of the possible areas of psychologists' practice within School and Educational Psychology is the promotion of inclusion, supported by the Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), aiming to

guarantee the right to education for all. This article presents a systematic review of the Brazilian literature on the relationship between Psychology and school inclusion, using a methodology based on the guidelines of the Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). The selected articles were qualitatively analyzed. The aim of this study is to review the Brazilian literature regarding interventions in the field of School Psychology in the context of inclusive education. The results showed that psychologists play a mediating role in inclusive processes, promoting interdisciplinary articulation among families, students, and schools. In conclusion, the effectiveness of psychologists' inclusive practices depends on this interaction. Furthermore, both professional practices and the different realities of school inclusion should be critically analyzed.

Keywords: School Psychology; School Inclusion; Educational Inclusion; Inclusive Education; Psychologist.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é uma temática diretamente relacionada à atuação da Psicologia, especialmente no campo da Psicologia Escolar e Educacional. De acordo com a UNESCO (1994), a educação inclusiva constitui um processo que visa garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas singularidades e promovendo a equidade no ambiente escolar.

Entre as contribuições da Psicologia para a inclusão escolar destacam-se a psicoeducação das emoções, as ações de promoção da saúde mental, as intervenções preventivas relacionadas ao bullying, a escuta técnica psicológica e os estudos que articulam aspectos emocionais e processos de aprendizagem. Conforme o

Código de Ética Profissional do Psicólogo, o exercício da profissão deve estar fundamentado no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano (Conselho Federal de Psicologia, 2005).

De acordo com Souza (2008), a atuação da Psicologia Escolar deve estar comprometida com a compreensão dos processos educacionais em suas dimensões históricas, sociais e institucionais, contribuindo para a construção de práticas que favoreçam a aprendizagem, a participação e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Segundo dados do Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2,2% das crianças de 2 a 14 anos no Brasil possuem algum tipo de deficiência. Além disso, o levantamento identificou 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que corresponde a 1,2% da população brasileira. Esses dados reforçam a necessidade da implementação de políticas efetivas de inclusão escolar e social, bem como do fortalecimento das práticas de apoio educacional e psicossocial.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade da atuação da Psicologia no contexto escolar, tanto como suporte aos processos de inclusão quanto como apoio às equipes pedagógicas e à formação continuada dos profissionais da educação.

Este artigo tem como objetivo revisar a literatura científica acerca das práticas de inclusão escolar e analisar as contribuições da Psicologia para a promoção de ambientes educacionais inclusivos. Diante desse contexto, busca-se compreender de que maneira a

Psicologia tem contribuído para a efetivação da inclusão escolar, a partir da análise crítica das evidências encontradas na literatura científica.

Para a seleção e organização dos estudos analisados, utilizou-se o protocolo PRISMA, possibilitando a sistematização dos estudos selecionados e a análise crítica das práticas e dos referenciais teóricos relacionados à inclusão escolar e às contribuições da Psicologia.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Definição de Pessoa com Deficiência Segundo a Legislação Brasileira

A Lei N° 18.182 (SÃO PAULO, 2025), descreve pessoa com deficiência (PCD) como: “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;” e Transtornos do Neurodesenvolvimento como: “problemas neurológicos que podem interferir com a aquisição, retenção ou aplicação de habilidades ou conjuntos de informações específicos; eles podem envolver disfunção da atenção, da memória, da percepção, da linguagem, da solução de problemas ou da interação social.”

2.2. Direito à Educação Inclusiva Segundo a Lei Brasileira de Inclusão

De acordo com a Lei n° 13.146/2015, a inclusão constitui um direito fundamental da pessoa com deficiência. Sendo assegurado o direito

à educação com um ambiente inclusivo dentro do ambiente escolar, para alcance de seu desenvolvimento ao longo da sua vida. O poder público deve assegurar o direito à educação onde a inclusão seja feita em todas as modalidades. Entre os direitos assegurados à pessoa com deficiência estão a educação bilíngue em Libras, a inclusão nos conteúdos curriculares, o acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com os demais estudantes. Nas instituições privadas de ensino, esses direitos também devem ser garantidos, sendo vedada a cobrança de valores adicionais na mensalidade do estudante com deficiência.

2.3. Atuação do Psicólogo nas Instituições Escolares

Em dezembro de 2019 foi aprovada a Lei N° 13.935, que descreve sobre a prestação do serviço da psicologia (e da assistência social) nas redes públicas de educação básica. A lei estabelece que os serviços de Psicologia devem ser ofertados por equipes multiprofissionais nas redes públicas de educação básica, porém, não obriga que haja um profissional da área em cada escola, e sim, a atender de acordo com as demandas e prioridades da escola baseada nas políticas de educação. Um ponto importante a ser destacado sobre essa lei é que ela não estabelece a obrigatoriedade da prestação de serviços psicológicos nas instituições privadas de ensino.

2.4. Atuação do Psicólogo Escolar

Segundo o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), a atuação do psicólogo escolar deve estar fundamentada na garantia dos direitos humanos, promovendo o

respeito à diversidade, a liberdade, a dignidade, a igualdade e a integridade das pessoas. Além disso, esse profissional deve contribuir para a construção de uma educação acessível e inclusiva, assegurando o direito à educação para todos os estudantes.

Nessa perspectiva, Patto (1999) ressalta que a atuação do psicólogo escolar deve ultrapassar modelos individualizantes e patologizantes, considerando os fatores sociais, históricos e institucionais que influenciam o processo de escolarização dos estudantes.

Dentre as possibilidades de atuação na educação básica descritas pelo CREPOP, destaca-se a educação inclusiva, na qual esse profissional deve contribuir para a garantia do direito à inclusão das pessoas com deficiência e promover discussões no ambiente escolar acerca do preconceito, das barreiras físicas, arquitetônicas e educacionais, bem como das estratégias de enfrentamento dessas dificuldades.

Além disso, o psicólogo que trabalha com educação inclusiva deve acompanhar o estudante para possibilitar sua inclusão e permanência no ambiente escolar. Ademais, o psicólogo também pode auxiliar a outros profissionais da escola realizando reuniões para criação de um planejamento educacional para o aluno com deficiência e desenvolver programas que promovam a conscientização e a disseminação de conhecimentos.

Uma dificuldade para o psicólogo que trabalha com educação inclusiva abordada pelo CREPOP é que a temática de inclusão é discutida de forma rasa durante sua formação na faculdade, fazendo com que o psicólogo tenha dificuldade em intervir no manejo de inclusão para alunos com deficiência.

2.5. Desafios na Atuação do Psicólogo Escolar

Nesse contexto, embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, sua efetivação ainda enfrenta desafios relacionados à formação dos profissionais, à disponibilidade de recursos e à permanência dos estudantes nos ambientes escolares.

Segundo Souza (2010), a atuação do psicólogo escolar deve assumir uma postura crítica diante dos processos de medicalização e patologização presentes no contexto educacional, buscando compreender as dificuldades escolares a partir dos fatores sociais, históricos e institucionais que influenciam o processo de ensino e aprendizagem.

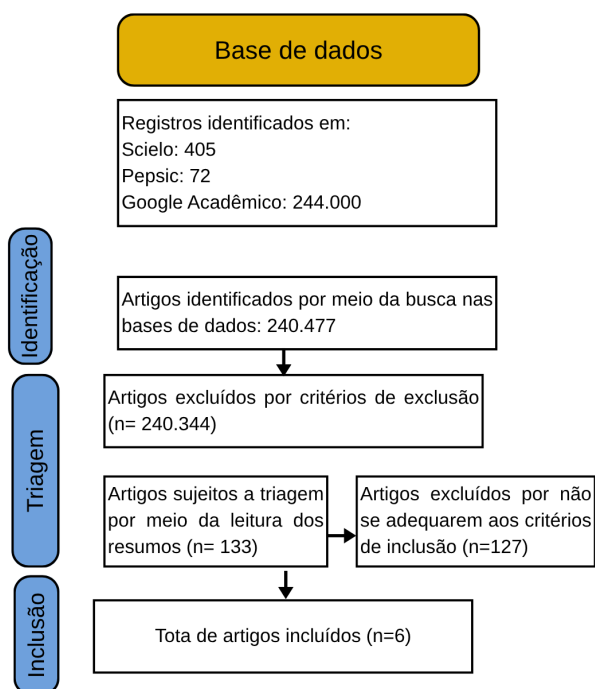
Para isso, é necessário desenvolver uma prática reflexiva, fundamentada em uma perspectiva dialógica da Psicologia e integrada ao desenvolvimento do estudante, considerando também o contexto social em que ele está inserido.

3. MÉTODO

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura criada a partir das instruções do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA)*. O processo de busca foi realizado em outubro de 2025 nas bases de dados Scielo, Pepsic, e nos instrumentos de busca Google Scholar (Google Acadêmico). O Google Acadêmico foi utilizado como ferramenta complementar para ampliar a identificação dos estudos pertinentes ao tema. Os termos utilizados para a busca foram: 1) “psicologia escolar”; 2) “psicologia educacional”; 3) “inclusão”; 4) “inclusão escolar”.

Como critérios de inclusão para avaliação dos manuscritos, foi determinado que deveriam ser artigos científicos: 1) que apresentassem intervenções ou direcionamentos que tenham objetivo de promover inclusão educacional; 2) que tenham exposto resultados da intervenção através de instrumentos psicométricos; 3) que incluíssem exclusivamente participantes da Educação Básica; 4) que fossem escritos nas línguas portuguesa. Foram excluídos materiais que se tratavam de revisões de literatura, artigos de revisão bibliográfica, artigos em línguas estrangeiras, artigos com participantes do Ensino Superior e artigos que abordavam a inclusão sem contemplar a participação da Psicologia ou do psicólogo escolar.

Figura 1: Etapas do fluxograma para seleção de artigos.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da busca de dados, 2025.

Tabela 1*Síntese dos estudos selecionados na revisão sistemática sobre a atuação do psicólogo escolar na inclusão educacional*

Ano	Autor	Título	Objetivo	Resultado
2018	Daniel Carvalho de Matos, Polliana Galvão Soares de Matos	Intervenções em psicologia para inclusão escolar de crianças autistas: um estudo de caso	Esse artigo tem como objetivo apresentar resultados de uma intervenção baseada na Análise do Comportamento Aplicada, em conjunto com ferramentas da psicologia educacional em uma criança de nove anos com Transtorno do Espectro Autista. Foram-se aplicados dois procedimentos de forma simultânea, utilização de programas de ensino de habilidades básicas e acadêmicas através de tentativas cautelosas em ambiente organizado e assistência ao período de ensino-aprendizagem com intervenção em conjunto à equipe pedagógica.	Os resultados apontaram que o auxílio e intervenções psicológicas à equipe pedagógica corroboraram para mudanças de maneira positiva na relação professores e estudantes, gerando autonomia para esses professores no trabalho com crianças com espectro autista de forma coletiva.
2021	Waleska Karinne Soares Coutinho Souto; Denise de Souza Fleith	Inclusão educacional: um estudo de caso de um aluno com dupla excepcionalidade	O objetivo deste artigo foi investigar a partir da visão de gestores, professores, da mãe e de um aluno superdotado com transtorno de Asperger a inclusão educacional.	Obteve-se como resultado de pesquisa a conclusão de que um atendimento educacional de forma especializada favoreceu a inclusão educacional desse aluno, apesar de ser um processo complexo que depende da colaboração, a escola da família.
2018	Priscila Benitez, Camila Domeniconi	Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual	O objetivo deste artigo foi demonstrar a prática do psicólogo no âmbito de inclusão escolar em estudantes com autismo (TEA) e deficiência intelectual (DI), através de intervenções aplicadas pelos professores e pais; e examinar a aprendizagem de leitura e escrita do grupo experimental. Para execução dessa pesquisa participaram 14 estudantes, sete pais e nove professores. Esse processo englobou o planejamento das intervenções, a capacitação com os agentes, aplicação das intervenções e supervisão pelo psicólogo, pós-teste e follow-up.	Como resultado, o rendimento do grupo controle não apresentou muitas variações entre pré e pós-teste. O grupo experimental passou de desempenho nulo para desempenhos maiores no pós-teste (leitura: 33%, 75% e 100% de acertos para os demais; escrita: 50%, 75%, 75% e 100% de acertos para os demais). A ação do psicólogo colaborou com a inclusão dos estudantes com DI e TEA, a despeito das práticas de segregação realizadas com esse público, em anos atrás.
2016	Fabiola de Sousa Braz-Aquino, Ingrid Rayssa Lucena Ferreira, Lorena de Almeida Cavalcante	Concepções e práticas de psicólogos escolares e docentes acerca da inclusão	O presente artigo tem como objetivo examinar conceitos e práticas de psicólogos escolares e docentes da cidade de João Pessoa acerca da inclusão escolar. Para realização deste trabalho, foram feitas entrevistas semiestruturadas, com quinze psicólogos e quinze docentes de escolas públicas, fundamentadas na literatura da área escolar.	Os resultados mostram que apesar da maioria dos docentes e psicólogos serem a favor da inclusão escolar, suas ações ainda se distanciam do ideal de inclusão defendido por pesquisadores e profissionais que se dedicam sobre esta questão.
2020	Valeria Campinas Braunstein, Jessica Freitas Moisés, Franklin Alexandre dos Santos.	Oficina de literatura infantil inclusiva: relato de experiência	Este artigo tem como objetivo promover condições favoráveis à conscientização da diversidade como aspecto da humanidade, com uma experiência relatada de uma oficina de literatura inclusiva para alunos do Ensino Fundamental I. (Alunos universitários da psicologia aplicaram essa oficina de leitura junto a uma professora da disciplina de Educação Inclusiva).	Como resultado, a oficina contribuiu para a identificação das crianças sobre diferenças próprias e do grupo, favorecendo também conscientização sobre questões como bullying e autoimagem.
2019	Gislaine Ferreira Menino-Mencia, Maria de Fátima Belancieri, Mônica Pereira dos Santos, Vera Lúcia Messias Fialho Capellini	Escola inclusiva: uma iniciativa compartilhada entre pais, alunos e a equipe escolar	Este artigo teve como objetivo examinar os pensamentos de pais alunos e da equipe da escola sobre o tema de escola inclusiva. Para realização dessa pesquisa foi feita uma coleta de dados com a aplicação de questionários do "Índice para Inclusão", constituído de três dimensões: culturais, políticas e práticas, com a participação de 179 pais, 204 alunos e 16 integrantes da equipe escolar em uma escola de Ensino Fundamental, no interior paulista. (Dentre esses participantes da equipe, um havia formação em psicologia).	Os resultados dessa pesquisa revelam que a maioria dos entrevistados focam mais na estrutura física da escola, com satisfação às aulas e aos recursos humanos. Sendo um olhar restrito referente ao processo de inclusão.

4. DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados evidenciou a relevância da atuação do psicólogo escolar na promoção da inclusão educacional, demonstrando que esse profissional desempenha um papel fundamental na construção de práticas pedagógicas mais acessíveis, participativas e inclusivas. Os resultados indicam que a inclusão escolar não ocorre por meio de ações isoladas, mas depende da atuação colaborativa entre psicólogos, professores, gestores, familiares e demais profissionais envolvidos no contexto educacional.

Essa concepção também é defendida por Andrada et al. (2019), que propõem uma atuação fundamentada na Psicologia Escolar Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural. Segundo as autoras, o trabalho do psicólogo escolar deve romper com práticas centradas na medicalização, patologização e responsabilização individual dos estudantes, priorizando intervenções voltadas ao coletivo escolar.

Nessa perspectiva, o profissional atua como mediador das relações institucionais, promovendo espaços de diálogo, reflexão e construção coletiva entre professores, gestores, estudantes e famílias, favorecendo o desenvolvimento humano e a consolidação de práticas educacionais mais inclusivas.

Essa compreensão também encontra respaldo na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, para quem o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e da mediação realizada por sujeitos mais experientes. Nessa perspectiva, a aprendizagem é construída nas relações estabelecidas no contexto social, evidenciando que o desenvolvimento dos estudantes depende de práticas colaborativas e de ambientes educativos que favoreçam a participação, o diálogo e a mediação intencional. Assim, a atuação do psicólogo escolar fortalece essas relações, contribuindo para a construção de processos educativos mais inclusivos e promotores do desenvolvimento.

Entre os aspectos identificados, destacaram-se o nível de ensino atendido, o público-alvo e os transtornos investigados, os participantes envolvidos nas intervenções e as diferentes modalidades de atuação do psicólogo escolar. Em relação ao nível de ensino, observou-se uma predominância de pesquisas desenvolvidas no Ensino Fundamental, principalmente nos anos iniciais da escolarização. Os estudos de Braunstein, Moisés e Santos (2020) e Menino-Mencia et al. (2019) foram realizados no Ensino Fundamental I, enquanto Matos e Matos (2018) e Benitez e Domeniconi (2018) concentraram-se em estudantes da Educação Básica. Já Coutinho-Souto e Fleith (2021) e Braz-Aquino, Ferreira e Cavalcante (2016) abordaram a inclusão escolar em um contexto mais amplo, sem delimitação específica do nível de ensino.

No que se refere ao público-alvo, verificou-se uma predominância de pesquisas envolvendo estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Matos e Matos (2018), Coutinho-Souto e Fleith (2021) e Benitez e Domeniconi (2018) concentraram suas investigações nessa população. Além disso, Benitez e Domeniconi (2018) incluíram estudantes com deficiência intelectual, enquanto Coutinho-Souto e Fleith (2021) investigaram a dupla excepcionalidade, caracterizada pela associação entre altas habilidades/superdotação e Síndrome de Asperger. Outros trabalhos abordaram a inclusão escolar de forma mais abrangente, sem restringir a análise a um diagnóstico específico.

A diversidade dos participantes envolvidos nas pesquisas também merece destaque. Estudantes, professores, familiares, gestores escolares, equipes pedagógicas, psicólogos escolares e estudantes universitários de Psicologia participaram das intervenções analisadas. Esse resultado reforça a compreensão de que a inclusão escolar é um processo interdisciplinar, que depende da participação conjunta e articulada dos diferentes agentes educacionais.

Em relação às modalidades de atuação do psicólogo escolar, foram identificadas diferentes estratégias de intervenção. Alguns trabalhos priorizaram ações diretas com os estudantes, como a utilização da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e programas voltados ao desenvolvimento de habilidades acadêmicas. Outros enfatizaram a formação continuada de professores, a orientação às famílias, o trabalho colaborativo com a equipe pedagógica e a promoção de ações educativas voltadas à conscientização sobre diversidade, bullying, autoimagem e respeito às diferenças.

Os resultados encontrados também demonstraram impactos positivos das intervenções psicológicas nos processos de inclusão escolar. As pesquisas evidenciaram melhorias na autonomia docente, no desenvolvimento das habilidades acadêmicas dos estudantes, na conscientização acerca da diversidade e no fortalecimento das relações entre escola, família e equipe pedagógica. Contudo, alguns estudos indicaram que ainda existe um distanciamento entre o ideal de inclusão defendido pela literatura científica e as práticas efetivamente implementadas nas instituições escolares.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Vygotsky compreende que as diferenças individuais não devem ser entendidas como limitações permanentes, mas como condições que exigem diferentes formas de mediação pedagógica e social. Dessa forma, a educação inclusiva amplia as oportunidades de desenvolvimento ao possibilitar que todos os estudantes participem das interações sociais e tenham acesso aos processos de aprendizagem em ambientes colaborativos, reafirmando a importância do trabalho interdisciplinar entre educadores e psicólogos.

Apesar dos avanços observados, ainda existem desafios significativos para a consolidação de uma cultura inclusiva nas escolas. Em muitos contextos, a inclusão ainda é compreendida de forma restrita, sendo frequentemente associada apenas à adaptação da estrutura física e à disponibilização de recursos materiais, desconsiderando a necessidade de transformações pedagógicas, institucionais e relacionais. Nesse sentido, a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo contínuo, que ultrapassa a simples inserção do estudante no ambiente escolar e exige mudanças nas práticas

pedagógicas, nas relações interpessoais e na cultura organizacional das instituições de ensino.

Esse desafio também é evidenciado por Silva e Souza Junior (2020), que ressaltam que a permanência de concepções individualizantes ainda leva muitas escolas a atribuírem as dificuldades de aprendizagem exclusivamente ao estudante, desconsiderando fatores institucionais, sociais e culturais que influenciam o processo educativo. Segundo os autores, uma atuação comprometida com a inclusão exige que o psicólogo escolar desenvolva ações preventivas, coletivas e interdisciplinares, promovendo a corresponsabilização entre escola, família e demais políticas públicas, em vez de reforçar processos de patologização e culpabilização dos alunos.

Os desafios identificados nesta revisão também são discutidos por Andrada et al. (2019), que apontam que, apesar dos avanços da Psicologia Escolar nas últimas décadas, ainda persistem práticas baseadas em modelos clínicos e individualizantes, que atribuem as dificuldades escolares exclusivamente aos estudantes ou às suas famílias. As autoras defendem que a efetivação de uma educação inclusiva depende da construção de práticas coletivas, da valorização do diálogo entre os diferentes atores escolares e da compreensão da escola como um espaço de transformação social, em que o psicólogo desempenha papel estratégico na promoção de processos reflexivos e colaborativos.

Sob essa perspectiva, a atuação do psicólogo escolar torna-se estratégica, uma vez que esse profissional atua como mediador entre estudantes, professores, famílias e gestores, promovendo ações que favorecem a participação efetiva de todos os envolvidos. Essa atuação está alinhada à perspectiva crítica defendida por Souza

(2010), que ressalta a necessidade de superar os processos de medicalização e patologização presentes no contexto educacional, buscando compreender as dificuldades escolares a partir de seus determinantes sociais, históricos e institucionais.

Essa compreensão também é corroborada por Silva e Souza Junior (2020), ao defenderem que a atuação do psicólogo escolar deve superar práticas centradas exclusivamente no diagnóstico e na intervenção individual, historicamente associadas ao modelo clínico. Os autores argumentam que esse profissional deve estabelecer relações horizontalizadas com a equipe escolar, atuar de forma crítica diante das demandas institucionais e contribuir para a construção de espaços de diálogo, reflexão e transformação das práticas educativas. Nessa perspectiva, o psicólogo deixa de ocupar a posição de especialista responsável apenas por solucionar dificuldades individuais dos estudantes e passa a atuar como agente de promoção do desenvolvimento institucional, favorecendo processos inclusivos e colaborativos entre todos os atores envolvidos no contexto escolar.

Outro aspecto identificado durante a realização desta revisão foi a escassez de estudos específicos sobre Psicologia e inclusão escolar. Embora o tema tenha adquirido maior visibilidade social nos últimos anos, impulsionado pela ampliação das legislações de proteção às pessoas com deficiência, observou-se uma limitação na quantidade de produções científicas disponíveis. Inicialmente, pretendia-se realizar uma análise comparativa entre diferentes etapas da escolarização e entre escolas públicas e privadas; contudo, foram encontrados poucos estudos que abordassem essas especificidades, predominando pesquisas de caráter mais generalista.

Essa limitação evidencia a necessidade de ampliar a produção científica nacional, especialmente em investigações que contemplem as diferenças entre os diversos segmentos escolares e as particularidades existentes entre as redes pública e privada de ensino. A análise dessas especificidades torna-se relevante, pois as condições de atuação do psicólogo escolar variam conforme o contexto institucional, social e econômico em que o profissional está inserido, influenciando diretamente as possibilidades e os desafios da prática inclusiva.

No contexto das instituições privadas, Buffa (1979) destaca que a atuação do psicólogo está inserida em uma realidade historicamente marcada por desigualdades sociais, uma vez que a expansão desse setor esteve relacionada a interesses político-ideológicos e ao desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, além do domínio técnico e científico, o profissional necessita desenvolver uma atuação ética, crítica e socialmente comprometida, capaz de reconhecer e enfrentar as desigualdades presentes no ambiente educacional.

Benzi (1996) acrescenta que as escolas particulares apresentam características específicas, como a presença predominante de estudantes pertencentes às classes socioeconômicas mais favorecidas, a maior disponibilidade de recursos humanos e financeiros e a possibilidade de interferências institucionais por parte de gestores e familiares. Entretanto, essas características variam de acordo com a realidade de cada instituição.

Em relação às escolas públicas, Guzzo, Mezzalira e Moreira (2012) apontam que a presença do psicólogo ainda representa um desafio na realidade brasileira, tanto pela quantidade insuficiente de

profissionais quanto pelas dificuldades relacionadas à inserção e à permanência desses profissionais nas instituições escolares. Apesar da implementação da Lei nº 13.935/2019, a efetivação da atuação psicológica ainda demanda investimentos estruturais, fortalecimento das políticas públicas e ampliação das equipes multiprofissionais.

As evidências encontradas nesta revisão reforçam a concepção histórico-cultural de que o desenvolvimento humano é resultado da interação entre o indivíduo e o contexto social. Sob essa perspectiva, a atuação do psicólogo escolar ultrapassa intervenções voltadas exclusivamente às dificuldades individuais e passa a favorecer a construção de práticas institucionais, colaborativas e inclusivas, contribuindo para a promoção do desenvolvimento de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Dessa forma, esta revisão reforça que a efetivação da educação inclusiva depende da articulação permanente entre Psicologia, escola, família e políticas públicas, bem como do investimento na formação continuada dos profissionais da educação e da ampliação das pesquisas científicas. Tais elementos são fundamentais para subsidiar práticas inclusivas mais efetivas, críticas, humanizadas e socialmente comprometidas, contribuindo para a garantia do direito à educação de todos os estudantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão bibliográfica evidenciou a relevância da Psicologia no processo de promoção da inclusão escolar nas instituições de ensino públicas e privadas. Os estudos analisados demonstraram que a atuação do psicólogo escolar contribui significativamente para a

construção de práticas educacionais mais inclusivas, favorecendo o desenvolvimento e a participação efetiva dos estudantes.

Além disso, verificou-se a necessidade de que esse processo seja desenvolvido de forma interdisciplinar, envolvendo o estudante, sua família e toda a equipe pedagógica da instituição de ensino, a fim de garantir um atendimento integral e a efetivação do direito à educação inclusiva.

O presente artigo teve como objetivo revisar a literatura brasileira acerca das intervenções da Psicologia Escolar no contexto da educação inclusiva, por meio da análise de estudos selecionados conforme os critérios metodológicos adotados.

Por fim, conclui-se que a produção científica sobre Psicologia e inclusão escolar deve ser constantemente ampliada e atualizada, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas profissionais e para o fortalecimento de estratégias cada vez mais efetivas na promoção da inclusão no ambiente escolar.

Espera-se que esta revisão contribua para ampliar o debate acerca da atuação do psicólogo escolar na promoção da educação inclusiva, incentivando novas pesquisas e fortalecendo práticas profissionais fundamentadas em perspectivas críticas, interdisciplinares e comprometidas com os direitos humanos. Dessa forma, busca-se colaborar para a consolidação de uma Psicologia Escolar cada vez mais comprometida com a garantia do direito à educação, com a valorização da diversidade e com a construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA, Paula Costa de; DUGNANI, Lilian Aparecida Cruz; PETRONI, Ana Paula; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. Atuação de psicólogas(os) na escola: enfrentando desafios na proposição de práticas críticas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 39, e1877342, 2019. DOI: 10.1590/1982-3703003187342.

BENITEZ, Priscila; DOMENICONI, Camila. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. *Psicologia Escolar e Educacional*, Maringá, v. 22, n. 1, p. 163-172, 2018. DOI: 10.1590/2175-35392018013926.

BENZI, Denise. *O psicólogo nas escolas particulares: desafios e perspectivas de atuação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 12 dez. 2019.

BRAUNSTEIN, Valeria Campinas; MOISÉS, Jessica Freitas; SANTOS, Franklin Alexandre dos. Oficina de literatura infantil inclusiva: relato de experiência. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, e218389, 2020.

BRAZ-AQUINO, Fabíola de Sousa; FERREIRA, Ingrid Rayssa Lucena; CAVALCANTE, Lorena de Almeida. Concepções e práticas de psicólogos escolares e docentes acerca da inclusão. *Psicologia Escolar e Educacional*, Maringá, v. 20, n. 1, p. 95-103, 2016. DOI: 10.1590/2175-353920150201934.

BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

COUTINHO-SOUTO, Waleska Karinne Soares; FLEITH, Denise de Souza. Inclusão educacional: um estudo de caso de um aluno com dupla excepcionalidade. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 25, e224990, 2021.

GUZZO, Raquel Sousa Lobo; MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa; MOREIRA, Ana Paula Gomes. Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 329-338, jul./dez. 2012. DOI: 10.1590/S1413-85572012000200016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista: resultados preliminares da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 jun. 2026.

MATOS, Daniel Carvalho de; MATOS, Polliana Galvão Soares de. Intervenções em psicologia para inclusão escolar de crianças autistas: um estudo de caso. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 141-156, 2018.

MENINO-MENCIA, Gislaine Ferreira; BELANCIERI, Maria de Fátima; SANTOS, Mônica Pereira dos; CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho. Escola inclusiva: uma iniciativa compartilhada entre pais, alunos e equipe escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, Maringá, v. 23, 2019. DOI: 10.1590/2175-35392019011819.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 18.182, de 21 de agosto de 2025. Institui garantias à criança com deficiência e/ou transtornos do neurodesenvolvimento no ambiente escolar. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 ago. 2025.

SILVA, Pedro Antonio Borges; SOUZA JUNIOR, João Camilo. Psicologia escolar: reflexões sobre os desafios na atuação profissional. *Cadernos da Fucamp*, Monte Carmelo, v. 19, n. 37, p. 45-59, 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2055>. Acesso em: 29 jun. 2026.

SOUZA, Cláudia Silva de; RIBEIRO, Maria José; SILVA, Silvia Maria Cintra da. A atuação do psicólogo escolar na rede particular de ensino. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 53-61, jan./jun. 2011. DOI: 10.1590/S1413-85572011000100006.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. A psicologia escolar e o ensino de psicologia: dilemas e perspectivas. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 8, n. 2, p. 258-265, 2008. DOI: 10.20396/etd.v8i2.660.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. *Psicologia escolar e educacional em busca de novas perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Retornando à patologia para justificar a não aprendizagem escolar: medicalização e o diagnóstico de transtornos de aprendizagem em tempos de neoliberalismo. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR (org.). *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 57-67.

UNESCO. *The Salamanca Statement and Framework for Action on Special Needs Education*. Salamanca: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *Pensamento e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.